

SUMÁRIO

PREFÁCIO	15
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1 — A FUNDAMENTALIDADE DOS PRINCÍPIOS DO DIREITO À SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO	21
CAPÍTULO 2 — PRINCÍPIO DA INDISPONIBILIDADE DA SAÚDE DO TRABALHADOR	34
2.1. Evolução do direito à saúde do trabalhador	34
2.2. Proteção ao meio ambiente do trabalho e sua contextualização no sistema constitucional brasileiro	37
2.3. A saúde do trabalhador: direito indisponível	47
2.4. Limites à autonomia da vontade em face da saúde e segurança do trabalhador.....	49
2.4.1. <i>Limite à negociação coletiva</i>	50
2.4.1.1. A prorrogação da jornada de trabalho em atividades insalubres após a Reforma Trabalhista	52
2.4.2. <i>Limite ao exercício do direito de propriedade privada (empresa)</i>	69
2.4.2.1. Embargo e Interdição	73
2.4.2.1.1. O conceito de risco	74
2.4.2.1.2. A gradação do risco	76
2.4.2.1.3. Iminência: a dimensão temporal do risco	77
2.4.2.1.4. A ação preventiva dos Auditores Fiscais do Trabalho nas situações de risco grave e iminente	79
2.4.2.1.5. A nova NR-03 sobre Embargo e Interdição	84
2.5. O princípio da intervenção mínima e o princípio da indisponibilidade da saúde do trabalhador	89
CAPÍTULO 3 — PRINCÍPIO DO RISCO MÍNIMO REGRESSIVO	92
3.1. Os riscos no meio ambiente de trabalho	94
3.2. Princípio da precaução e sua contribuição para o entendimento do princípio do risco mínimo regressivo	99
3.3. Princípio do risco mínimo regressivo: limites de tolerância.....	104
3.4. Aplicação prática do princípio do risco mínimo regressivo.....	115

CAPÍTULO 4 — PRINCÍPIO DO DIREITO DE RECUSA DO OBREIRO	121
4.1. Autoridade e subordinação: a justificação contratualista.....	121
4.2. O poder diretivo no contrato de trabalho	125
4.3. A função social do contrato e o princípio do direito de recusa do obreiro.....	129
4.4. O princípio do direito de recusa do obreiro e sua efetivação.....	134
CAPÍTULO 5 — PRINCÍPIO DA INSTRUÇÃO DO TRABALHADOR.....	139
5.1. Trabalho na sociedade capitalista e alienação	139
5.2. Trabalho como princípio educativo: educação básica e profissional.....	143
5.3. Princípio da instrução: formação e informação em segurança e saúde no trabalho...	149
5.4. A nova NR-01 sobre Gerenciamento de Riscos Ocupacionais e o princípio da instrução do trabalhador	160
5.5. O princípio da instrução do trabalhador e sua efetivação.....	161
CAPÍTULO 6 — PRINCÍPIO DO NÃO IMPROVISO	168
6.1. Da improvisação à precisão.....	168
6.2. A importância da administração para as organizações.....	171
6.3. O princípio do não imprevisto e a gestão de segurança e saúde no trabalho	175
6.4. A nova NR-01 sobre Gerenciamento de Riscos Ocupacionais e o princípio do não imprevisto	183
6.5. A política nacional de saúde e segurança no trabalho como efetivação do princípio do não imprevisto	188
CAPÍTULO 7 — PRINCÍPIO DA RETENÇÃO DO RISCO NA FONTE	200
7.1. Acidente, morte e fatalidade	200
7.2. Da fatalidade à multicausalidade	207
7.3. A retenção do risco na fonte: medida preventiva prioritária.....	211
7.4. O princípio da retenção do risco na fonte e sua efetivação.....	216
CAPÍTULO 8 — PRINCÍPIO DA ADAPTAÇÃO DO TRABALHO AO TRABALHADOR..	222
8.1. Da adaptação do trabalhador ao trabalho à adaptação do trabalho ao trabalhador	222
8.2. Ergonomia: conceituação, importância e aplicações.....	230
8.3. A ergonomia e suas interfaces.....	237
8.4. O princípio da adaptação do trabalho ao trabalhador e sua efetividade.....	242
CONCLUSÕES	249
REFERÊNCIAS.....	255
ANEXOS	271